5 Conclusão

Envolver todos os indivíduos de uma comunidade política no grande projeto que é imaginar aquela comunidade idêntica a si, não é tarefa fácil. Para se chegar a um resultado mais ou menos satisfatório diversos elementos foram trabalhados ao longo dos séculos. Desde a universalização dos valores cristãos na pré-modernidade até a sofisticação dos mecanismos da construção de identidades que informam quem é o normal e quem é o desviante, muito suor e sangue foram derramados.

A homogeneização de comunidades políticas se deu em diversos aspectos, e entre eles figura a homogeneização do passado através da memória. Nesse sentido, a memória deixa de ser objeto, como no caso da memória coletiva, ou memória cultural, para ser um meio. A memória como reflexo das relações de poder revela *como* determinados eventos são lembrados. E como esses eventos são lembrados revela como regimes de poder regulamentam ou disciplinam a população daquela comunidade.

O estudo da memória ganha importância nas relações internacionais uma vez que ela informa processos pelos quais o sentir, o sofrer, o lembrar e o esquecer como práticas sociais são inseridos na política. Ao se construírem “novas” memórias lançam-se as bases para a negociação, ou não, de identidades que se por um lado podem levar ao conflito, por outro podem trazer, mesmo que não de forma isenta de violência, alguma reconciliação.

Nesse sentido, o problema de pesquisa aqui discutido visa iluminar como as práticas de memória atuam como disciplinadores de comunidades políticas. Para tanto, foram trabalhados os instrumentos pelos quais a memória se coloca como prática e é mobilizada em momentos cruciais entre tensões e disputas.

Embora não tenham sido trabalhados Estudos de Caso, foram escolhidos dois exemplos recentes em que a mobilização da memória, além de outros elementos, resultou em genocídio. Os exemplos da Ex-Iugoslávia e Ruanda apresentam detalhes

ricos que permitem observar como diversas práticas de memória foram mobilizadas no sentido de insuflar os conflitos na região. Em um segundo momento, os mesmos exemplos permitem também observar como as práticas de memória podem ser também utilizadas no momento subsequente ao conflito para construção de “novos” Estados e de uma maior estabilidade.

As conclusões elaboradas a partir do desenvolvimento dos argumentos que caminham no sentido de um ente que atua na manutenção de sua própria sobrevivência a partir da homogeneização do passado e na disciplinarização da memória, foram desenvolvidos em capítulos. No primeiro, foram abordadas questões referentes ao trauma como consequência da violência empregada na manutenção do Estado Moderno que reifica uma racionalidade baseada em tempo (linear) e espaço (entre fronteiras) próprias da modernidade. Nesta racionalidade são inseridas categorias de pertencimento e exclusão que informam quem pertence ou não àquele território através de uma naturalização dos processos violentos.

Mas para que essas categorias construídas sejam naturalizadas faz-se necessário que assumam o status de verdade. Os regimes de poder estabelecem através da relação entre saber/poder determinados eventos do passado como História. Assim, o passado é pavimentado de forma a ser reconhecido como a única narrativa possível que afirma a origem e a identidade daquela comunidade política.

No entanto, em alguns eventos mais recentes, é possível encontrar pessoas que não estão de acordo com esta narrativa dominante. Desta forma, os sobreviventes podem se transformar em uma ameaça ao Estado. Para fazer frente a uma possível ameaça, a adjetivação de vítima também é dada aos sobreviventes. Assim, seus testemunhos são inscritos dentro de categorias que informam que os heróis são fortes e estão de acordo com as atitudes do Estado, enquanto que os fracos não suportam a guerra e devem ser medicados. Como consequência, o que “os fracos” tem a dizer não deve ser ouvido.

No capítulo seguinte, foram apresentados a memória com prática. Mas antes de se observar a corporificação da memória por meio da monumentalização e celebrações, fez-se necessário analisar a tensão entre lembrança e esquecimento. Os

atos de lembrar e esquecer embora pareçam antagônicos e mutuamente excludentes, promovem o *não-dito* ao invés de silenciar.

Os não-ditos estão sempre em tensão com o que é lembrado no presente. Assim, a todo momento podem vir à tona de forma que novas decisões ganhem legitimidade. O problema no entanto, encontra-se na forma descontextualizada em que o passado reaparece. O que é resgatado dificilmente vem acompanhado dos outros fatores que o acompanhavam na época dos acontecimentos. Ao invés disso, o aspecto do passado resgatado é apenas uma nuance, uma determinada situação, que fora de contexto pode ser facilmente instrumentalizada.

Nos memoriais de guerra o que está representado é a glória do soldado desconhecido, o heroísmo com o qual determinada batalha foi vencida ou a exaltação da conquista. Símbolos que traduzem a libertação e a vitória também costumam estar presente. O que não está representado é o sofrimento daquela comunidade durante os anos de guerra ou as consequências econômicas muitas vezes nefastas à população.

Quando o caso é a monumentalização de episódios dramáticos e que atingiram pessoas de nacionalidades diferentes, como o Holocausto, o desafio está em se construir uma narrativa que faça justiça a todos. Como foi visto nos exemplos de diferentes campos transformados em museus e memoriais, a disputa por representatividade é constante e poucas vezes negociável.

Mas os monumentos que reificam também podem contestar. Os contra monumentos têm o objetivo de não reproduzir a narrativa em torno dos heróis de guerra, mas sim o de trazer algumas questões para o debate público. Outro exemplo apresentado foi a Comissão de Verdade da Argentina. Na tentativa de desarticular o potencial desestabilizador das narrativas dos sobreviventes, os testemunhos são dirigidos à espaços disciplinadores que advogam para si a capacidade de descobrir uma verdade.

A instrumentalização desses testemunhos ocorre de forma que ao final da investigação exaltam-se apenas aspectos específicos deste testemunho. O resultado então é a mitificação do sobrevivente. O testemunho perde força política ao ser narrado por um indivíduo que encontra-se desestabilizado em decorrência da

violência que sofreu, ou ainda o testemunho é desacreditado quando levanta-se dúvidas sobre a confiabilidade da testemunha.

A narrativa linear exigida, muitas vezes não é possível. Algumas testemunhas encontram-se ainda traumatizada não sendo possível a elas expressar de forma precisa o que ocorreu. Como foi visto, tanto nas comissões de verdade como nas instâncias do TPI, a todo tempo é exigido precisão (temporal e espacial) nos depoimentos. Espera-se com isso, construir uma narrativa que esteja de acordo com os referenciais do Estado Moderno.

No capítulo seguinte, foram apresentados os exemplos da Ex-Iugoslávia e Ruanda. O objetivo deste capítulo foi o de demonstrar como as práticas de memória atuaram de forma a: insuflar o conflito, como demonstrado na primeira seção; ou o de fazer frente a uma necessidade de estabilização da “nova” comunidade política.

Da primeira seção deste capítulo pode-se concluir que nos dois casos o passado foi rearticulado de forma a emprestar novos significados as identidades. Assim, houve uma intensa mobilização das memórias daquelas comunidades para que o conflito fosse justificado. Na região da Ex-Iugoslávia grande parte dessas ações deu-se de maneira muito clara na mudança de símbolos, monumentos além do idioma e outras mudanças de cunho simbólico. O que mais se destaca neste exemplo é a revisão historiográfica que reinterpretou não só posições durante a II Guerra Mundial, como ofereceu novos dados, como o aumento de número de mortos sérvios no campo de Jasenovic.

Em Ruanda, a memória foi utilizada no sentido de reavivar um mito de origem que justificasse o conflito. A história contada pelo mito e origem ruandês destina um papel socioeconômico específico a ser desempenhado por cada uma das etnias e apresenta um equilíbrio que deve ser mantido.

Na segunda seção deste último capítulo foram demonstradas como as novas práticas de memória estão sendo postas em ação para se construir uma nova identidade nos Estados que antes faziam parte da Iugoslávia. Nestes casos, há um intenso trabalho para que essa construção além de dar suporte a legitimação à própria existência daquele Estado, criem o sentimento de que essas identidades já existiam desde sempre.

No entanto, como observado nos exemplos das escolas, não é possível pensar em uma sociedade multicultural. Mesmo contando com legislação específica que garantiria que medidas para que necessidades específicas a etnias diferentes fossem atendidas, na prática, isso não é possível.

Em Ruanda, chega-se ao extremo de não se poder ensinar História nas escolas. Uma vez que essa disciplina poderia desencadear tensões para o governo de Kagame, o Estado centralizou o ensino dessa disciplina nos *igandos*. Desta maneira é possível controlar com muito mais eficiência o que é ensinado tanto aos jovens quanto aos ex-detentos que antes de serem postos em liberdade são obrigados a passar por estes centros de educação.

Com relação a monumentalização que ocorre nos “novos” Estados dos Balcãs, pode-se notar também a busca por uma representação que informe uma certa natureza antes reprimida para a independência. Esse processo de busca por uma cultura ancestral ocorre de maneira mais interessante na Macedônia onde foi institucionalizada que sua cultura nacional é composta pelo idioma eslavo, o folclore como o resultado de um legado cultural da Grécia Antiga e ainda estaria presente o legado do Humanismo Renascentista. O resultado foi uma disputa com os seus vizinhos. A Sérvia não aceitava a autonomia da Igreja, os búlgaros reivindicavam a especificidade do idioma e os Gregos até mesmo o nome. Para resolver a questão, o país declarou que a Macedônia contemporânea era resultado do encontro entre antigos macedônios e o povo eslavo, o que lhes permitiu incorporar a herança macedônica na memória coletiva.

Em Ruanda, o Memorial do Genocídio em Kigali produz uma relação entre o genocídio ocorrido no país com outros eventos também trágicos que aconteceram em todo o mundo. Nesse sentido, é dada ao genocídio de Ruanda certa relatividade em que a comunidade local aprende que a violência não foi apenas o resultado de escolhas em um nível local, mas que é reflexo de um ordenamento mundial em que violências desse tipo acontecem. Talvez possa se pensar em uma mensagem de Kagame para o mundo de que ele não deve ser considerado um perpetrador, visto que outros eventos como o Holocausto aconteceram na Europa.

Mas se a Ex-Iugoslávia e Ruanda oferecem exemplos ricos na criação de referências simbólicas o mesmo não se pode afirmar em relação a um possível acerto de contas com o passado. Embora o Tribunal Penal Internacional para Iugoslávia tenha alcançado certa eficiência com a prisão e condenação de várias lideranças o mesmo não se pode afirmar em nível local. A Comissão de Verdade não foi adiante pela falta de vontade política de se investigar o conflito.

Em Ruanda o Tribunal Penal Internacional não conta com apoio nem do governo nem da população que apresenta uma percepção de certo favorecimento dos Hutus. A grande questão que se coloca em Ruanda é a reafirmação de todos os Hutus como perpetradores e dos Tutsis como vítimas. A criação de leis baseadas em etnias vai contra outras leis criadas pelo mesmo legislativo e que condena toda a forma de divisionismo em relação ao genocídio.

O que os exemplos apresentados ao longo dos capítulos revelam é que nem sempre o que é lembrado é a verdade. Ou que nem sempre o que é verdade será lembrado. Em uma colcha de retalhos que é o passado, com diversas perspectivas e narrativas, a memória é constantemente performatizada, negociada e abusada para legitimar decisões. Nesse sentido, a atenção de todos que compõe a comunidade política é fundamental para que não se transforme o passado, ele mesmo, em perpetrador.

O argumento central da presente dissertação é que a memória está a todo tempo sendo performatizada com vistas a legitimar ações para a manutenção do Estado Moderno. Essas práticas de memória atuam através da homogeneização das comunidades políticas e são engendradas de forma que a lembrança e o esquecimento atuem na reafirmação de categorias de identidade *versus* diferença.

No sentido de apontar desdobramentos possíveis deste trabalho seria a abertura de uma discussão sobre as categorias de vítima e perpetradores, construídas em torno das testemunhas. A subjetivação do indivíduo e as consequências políticas trazidas em virtude das categorias em que as testemunhas são enquadradas podem iluminar outros processos de homogeneização da narrativa. Desta forma, poder-se-ia analisar o desenvolvimento de um arcabouço de normas que reificam o Estado Nação

em torno dos lugares onde se encenam a descoberta de crimes e a busca por uma verdade libertadora, os tribunais internacionais.

Um desdobramento importante e possível de pesquisas que envolvam o trauma e os lugares onde a memória é performatizada pode ser trabalhado de maneira interessante quando visto sob a ótica dos estudos de gênero. Onde, como e em que lugar estão colocadas as violências que atingem as mulheres em momentos de crise e conflito entre Estados refletem apenas o onde, o como e o lugar que essas mesmas mulheres ocupam em tempos de paz. No entanto, o simbolismo presente no corpo da mulher e os diversos movimentos de inserção da mulher na vida política têm incorporado também a sua versão e seu testemunho nas arenas onde a justiça e a verdade são perseguidas. No entanto, o que é feito deste testemunho. A elas já foi possível narrar, mas elas já foram ouvidas? Em que medida?

Futuras pesquisas podem trazer luz a processos fundamentais da Política Internacional ao mostrarem a normatização criada em torno do passado e do pressuposto em que em cada tragédia há o potencial para o aprendizado.